

Populismo, mobilização e reforma

RICARDO LUIZ DE SOUZA*

Resumo: O populismo é um fenômeno histórico que engloba uma considerável diversidade de situações históricas e atores políticos e sociais. O objetivo deste texto é estudá-lo tanto como referência sua diversidade e tomando como ponto de partida alguns regimes políticos e movimentos sociais que podem ser enquadrados como populistas. Analisa o sentido das reformas políticas e sociais propostas no contexto do populismo e o caráter da mobilização popular por ele efetivada, dando especial ênfase ao processo político brasileiro.

Palavras-chave: populismo, reforma, estado.

Não é possível falarmos em uma ideologia populista estruturada de forma coerente. O populismo tem como base não uma visão articulada da sociedade e sim um conjunto de insatisfações e desejos de mudança dispersos. O populismo é, simplesmente, contra “isso que está aí”, e as reformas político-sociais por ele propostas tendem a ser tão vagas quanto o que deve ser mudado.

Canclini menciona a existência de um populismo de esquerda cujos representantes são movimentos revolucionários que partem de uma “idealização da cultura política das classes populares” (Canclini, 1988, p. 73). Mas a idealização do povo é comum aos diferentes populismos, não apenas ao de esquerda.

O agente de mudança é o homem do povo, incensado de todas as formas pelos populistas, que, ao mesmo tempo, negam a ele qualquer capacidade de atuação e compreensão autônoma. Cabe ao líder agir em seu nome para mudar “isso que está aí”. Por outro lado, se o homem do povo é visto como inapto para a prática política, o Estado é definido como o instrumento

por excelência de transformação, devendo a esfera estatal sobrepor-se aos interesses da sociedade civil.

Criam-se, com isso, duas dinâmicas, uma alicerçada na desvalorização da política e no elogio do contato direto entre líder e liderado, outra fundamentada em um certo nacionalismo, que toma a ação estatal como eixo. De fato, populismo e nacionalismo foram estratégias que caminharam juntas na política brasileira, com o nacionalismo utilizando práticas populistas para se fazer ouvir, e o populismo utilizando o nacionalismo com retórica e plataforma. Como acentua Delgado “o processo de dominação peculiar ao populismo conjugava com ênfase estratégica o verbo nacionalizar. Dessa forma, o povo era, comumente, ‘convocado’ a participar de campanhas nacionalistas” (Delgado, 1996, p. 91).

Criou-se, assim, o que Almeida chama de nacionalismo populista, e que postulou a necessidade de um Estado forte capaz de cumprir a missão de integrar os cidadãos à comunidade, como ele salienta, mantendo, contudo, uma política ao mesmo tempo sistemática e seletiva de atração de capitais externos vinculados ao processo de industrialização nacional (Almeida, 1995, p. 98).

* Mestre em sociologia e doutorando em história pela UFMG. Professor da FEMM e Facisa. E-mail: riclsouza@uol.com.br.

Tal ambigüidade expressa uma característica fundamental do populismo: regimes populistas foram críticos, em maior ou menor grau, do capitalismo, mas jamais ensaiaram uma ruptura definitiva com o sistema e sequer chegaram a adotar uma política que configurasse real ameaça a seus interesses.

A ambivalência da crítica populista ao capitalismo foi sintetizada nas propostas de Haya de la Torre, líder peruano fundador do aprismo, para quem se tornava necessário utilizar as potencialidades econômicas do imperialismo, sem se curvar à sua dominação política. O programa aprista tinha, de fato, um claro sentido antiimperialista, tendo a luta contra o imperialismo norte-americano, a liquidação das fronteiras estatais entre os países latino-americanos, a nacionalização da terra e da indústria, a nacionalização do Canal do Panamá e a solidariedade internacional como seus principais pontos programáticos (Miroshewski, 1978, p. 57). O aprismo contava, entretanto, com bases sociais insuficientes para levar adiante seu projeto, em um país onde a industrialização e a urbanização eram incipientes, a burguesia e a classe média ainda não haviam ganho autonomia, as organizações sindicais eram poucas e as populações camponesas e indígenas apresentavam-se desarticuladas (Cotler, 1973, p. 133).

Apontando tal ambigüidade, críticos do populismo como Graciarena definem-no como o caminho mais curto rumo ao atraso. Segundo ele,

conciliação e desenvolvimento somente são compatíveis – e não totalmente – quando o desenvolvimento é alto. Mas, no subdesenvolvimento, a conciliação corresponde quase sempre à estagnação, e esta significa desigualdade, miséria e conflito. (Graciarena, 1971, p. 86)

O populismo é, comumente, um regime estruturado em torno de uma liderança carismática, e o vínculo entre líder e população, no âmbito do regime, obedece a parâmetros carismáticos e sentimentais que podem gerar, às vezes, violentas descargas emocionais, das quais a reação ao suicídio de Getúlio Vargas é exemplar. Escolhendo uma situação de forma alea-

tória, na ocasião um grupo de trabalhadores em Ribeirão Preto “ergueu um catafalco no meio de uma das principais ruas da cidade e velou por toda a noite seguinte ao suicídio” (Walker & Barbosa, 2000, p. 115).

O líder populista necessita da mobilização e do apoio das classes populares para exercer o poder, mas tal mobilização deve ser feita sob seu estrito controle e por organizações que permaneçam sob seu domínio. Transformadas em atores políticos, as classes operárias apresentam demandas que podem, contudo, colocar em risco o domínio das elites, gerando reformas políticas e sociais tidas por estas como inaceitáveis e gerando contradições que colocam em xeque a posição política do líder, que termina sendo contestada tanto pelas elites, quanto pelas organizações populares. Foi o que ocorreu, por exemplo, na Argentina peronista, onde o movimento sindical organizado por Perón, quando ministro do Trabalho nos anos 30, fortaleceu-se a ponto de ver como desnecessária a permanência de seu articulador no poder em 1955.

O líder populista não é, ainda, apenas um ditador que utiliza a força para chegar ao poder e eliminar os adversários. Ele desconfia do povo, mas necessita dele para chegar ao poder e nele manter-se; daí o permanente processo de manipulação que estaria no cerne do populismo. Segundo Gualberto,

O populismo é uma maneira determinada e concreta de manipulação das classes populares e igualmente uma forma de expressão de suas preocupações e desejos. Ele alimenta-se, como elemento de manutenção do elitismo, desse jogo ambíguo de uma inclusão falsa e demagógica. (Gualberto, 1995, p. 214)

Tal análise não é necessariamente incorreta, mas peca por descrever um jogo com apenas um parceiro, no caso o líder populista. Se o povo é manipulado, isso ocorre porque interesses reais estão sendo cobrados e atendidos, em um jogo que não pode ser traduzido em termos de mera manipulação astuciosa e aceitação passiva. Corre-se aqui o risco bem lembrado por Zaluar de adoção de uma política etnocêntrica em relação ao eleitor pobre e inculto (Zaluar, 1985, p. 49). Que pode ser pobre e inculto, mas pode,

perfeitamente, visar objetivos concretos e definidos com base em uma visão não necessariamente alienada do processo político no qual está envolvido, o que Drucker acentua, partindo do conceito de republicanismo elaborado por Hannah Arendt, e associando populismo e trabalhismo: "Podemos sugerir que o trabalhismo apela sobretudo a um trabalhador que se vê como depositário do espírito público. A massa atraída pelo populismo pode ter uma atitude incipientemente republicana" (Drucker, 2002, p. 117).

A idéia de manipulação deve, portanto, ser vista com sérias reservas. A população a ser "manipulada" tem interesses concretos a serem atendidos e só concorda com o compromisso que fundamenta seu vínculo com os líderes populistas na medida em que percebe a existência de ganhos reais. E a "manipulação" não funciona, ainda, em um sistema que não conte com a participação efetiva da população, que é, portanto, antes parceira do sistema político que agente passiva.

Atuando comumente sobre populações cujo ingresso na vida política é recente, o populismo permite a elas usufruir de um sentimento de participação que contrasta com sua inserção no antigo sistema oligárquico, embora, como acentua Germani, a existência desse sentimento de participação não guarda necessariamente relação com a influência efetiva que as camadas populares podem exercer sobre o governo (Germani, 1973, p. 176).

Scwhartzman estabelece uma distinção entre o que chama de populismo carismático, mais ligado ao processo de crescimento econômico, e o que chama de paternalista-fascista, mais relacionado ao processo de crescimento do Estado, acentuando a disfuncionalidade de ambos em termos de participação política (Scwhartzman, 1970, p. 39). A separação entre os componentes carismático e paternalista na estruturação do personalismo não me parece, contudo, viável, já que o carisma do líder populista é indissociável do caráter paternalista de sua relação com a população; o título de pai dos pobres conferido a Getúlio não é gratuito.

O populismo exerce sobre as classes trabalhadoras uma função de organização e tutela, assim definida por Brito:

O populismo, favorecendo a ativação dos setores populares, impõe regras para a organização, reservando-se a faculdade de criar sindicatos, sancionar as suas eleições, financiar as suas atividades, supervisionar o uso dos recursos, limitando assim sua autonomia frente ao Estado e frente as classes dominantes. (Brito, 1978, p. 188)

Mas tal processo de organização e mobilização implica, igualmente, riscos e tensões, e a greve política desencadeada em 5 de julho de 1962, visando pressionar o Congresso a apoiar um gabinete favorável às reformas de base, ajuda a compreender a tensa relação entre o líder populista e a mobilização popular. A greve foi deflagrada contra a vontade de João Goulart e, nas regiões onde ela ocorreu de forma efetiva, os acontecimentos fugiram inteiramente ao controle do governo. Na ocasião, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) respondeu, aos emissários que Goulart enviou pedindo a suspensão da greve, que estava ao lado do presidente, mas não sob seu comando (Almeida, 1996, p. 432).

Quais características básicas, enfim, podemos sublinhar nos regimes populistas? O populismo encarna-se em movimentos, com o modelo de representação populista perdendo eficácia especialmente quando o modelo pluripartidário de representação consolida-se, desenvolvendo um regime de participação política estruturado em torno da diferenciação e do conflito e cancelado por formalidades que contrariam o vínculo direto entre líder e liderados, que é a característica do populismo.

Sob a democracia, dessa forma, a dominação alicerçada na burocracia sindical e no poder carismático torna-se insuficiente e ineficaz, com os partidos políticos atuando como eixo conservador e representação política que atua, ao mesmo tempo, em sintonia e como contraponto ao populismo. Nas palavras de Silveira, "tal fato ficou conhecido como a luta do executivo reformista contra o legislativo conservador" (Silveira, 1986, p. 79).

Por outro lado, o populismo pode gerar estruturas partidárias significativas, sendo o México o caso mais significativo. Tais estruturas apresentam-se como herdeiras do líder carismá-

tico – caso do PTB, no Brasil –, mesmo que suas práticas políticas demonstrem evidente dissonância em relação às idéias do líder, em um processo típico de rotinização do carisma, para usarmos a clássica expressão weberiana.

Nesse sentido, ainda, tal transição pode ser exemplificada por uma liderança política como a de Moisés Lupion, no Paraná dos anos 50, que já não encarna a vertente carismática corporificada pelo getulismo, representando, nesse contexto, uma transição para o surgimento de lideranças partidárias melhor definidas como tais e tomando o ideário de Vargas como suporte, mas já sem conseguir mimetizar seu estilo (Codato, 1999, p. 236).

Em linhas gerais, portanto, lideranças populistas tendem a ser exercidas à margem de partidos políticos, o que não as impede de organizar um quadro partidário que lhes seja favorável sempre que isso torna-se necessário para a manutenção de sua influência e poder de decisão. Foi o que Vargas fez após sua queda, em 1945, e foi o que Ibáñez fez no Chile, em 1931, elegendo seu ministro do Interior como sucessor, após ter sido, como Vargas, destituído do cargo (Collier & Collier, 1991, p. 364).

O populismo não cria ideologias e não necessita de intelectuais que o defendam e o esclareçam; é antiintelectual por natureza. Uma maior definição ideológica significaria uma maior clareza política e programática, o que impediria o líder populista de manter o jogo de compromissos que é vital para o seu sucesso. No discurso de posse de Miguel Arraes, por exemplo, essa recusa a discussões teóricas fica clara:

Quando vejo alguém interessado, preliminarmente, em discutir a posição teórica, filosófica ou religiosa de A ou B, desconfio sempre que esse alguém está interessado em não resolver, e impedir que se resolva, qualquer problema concreto do povo. (Weffort, 1980, p. 38)

Ele tende, dessa forma, a apoiar-se em apelos de caráter sentimental, quando não francamente irracionais, e utiliza-os para definir o opositor, geralmente chamado de forma tão vaga quanto ampla como os inimigos do povo (ou forças ocultas, ou forças terríveis), sempre envolvidos ou prontos a envolverem-se em

conspirações contra os interesses populares. A ação de tais inimigos reforça o que o populismo toma como pressuposto: a existência de uma grande distância entre os centros de poder e o povo, sendo exatamente a abolição dessa distância o objetivo a ser alcançado (Wieviorka, 1993, p. 74), mesmo que os meios tradicionais de representação política tenham de ser desconsiderados ou mesmo abolidos para que isso ocorra.

Referindo-se a argumentos comumente utilizados pelos populistas norte-americanos, Handlin acentua tal característica:

O senado era um clube corrupto de homens ricos; as máquinas políticas pervertiam a democracia; não foi a superprodução mas o monopólio plutocrático, a deflação e os custos excessivos de distribuição que causaram as dificuldades dos fazendeiros. (Handlin, 1979, p. 310)

E buscar uma pretensa união nacional contra uma minoria de exploradores é prática populista usual. Foi utilizada, para mencionar uma situação remota no tempo e no espaço, na Nova Zelândia, no final do século XIX, quando os liberais chegaram ao poder empregando uma retórica populista que buscou reunir operários e classe média contra o que seria uma minoria de capitalistas e grandes proprietários (Nagel, 1993, p. 150).

Líderes populistas necessitam de inimigos para afirmarem seu “compromisso com o povo”, mas não podem, por outro lado, criar conflitos que levariam a uma ruptura com a burguesia e a um confronto para o qual eles não estão preparados e, em relação ao qual, não têm o menor interesse. Inimigos, então, são criados e, não por acaso, Jânio Quadros e Fernando Collor elegeram o funcionalismo público como alvo preferencial.

Se o populismo foi largamente utilizado por políticos pouco ou nada ideológicos como Ademar de Barros e o próprio Jânio, líderes populistas assumem, freqüentemente, um discurso antioligárquico e moralista, elegendo o combate à corrupção como mote. Foram características, por exemplo, do discurso de Velasco Ibarra, presidente do Equador em quatro ocasiões, entre

as décadas de 1930/1960. Nesse caso, contudo, sua base de apoio apresenta uma peculiaridade, na medida em que nunca incorporou a ela os movimentos sindicais, promovendo uma aliança entre classes médias e o subproletariado (Drekonja, 1986, p. 81).

Quais situações históricas viabilizaram o surgimento do populismo? As respostas podem ser tão diferentes quanto diferentes foram tais situações. Dessa forma, Ianni busca situar historicamente o populismo no contexto latino-americano. Segundo ele, "em perspectiva histórica, os fenômenos populistas acontecem na época das crises que abalam ou mesmo destroem o Estado oligárquico em países latino-americanos" (Ianni, 1975, p. 151). Partindo de tal perspectiva, ele define o populismo como um processo político característico do momento no qual os trabalhadores fazem a transição das relações comunitárias exercidas sob domínio oligárquico para uma sociedade de classes cujas relações são contratuais e formalizadas (Ianni, 1975, p. 10). O populismo surge, portanto, como uma reação às mudanças provocadas pela industrialização e urbanização de cunho capitalista (Ianni, 1975, p. 19), em um processo que aproxima, por exemplo, os populismos russo e latino-americano. Já o Estado populista pode surgir como o "centro de poder de um sistema heterogêneo", caracterizado, porém, pelo predomínio de setores sociais ligados ao processo de desenvolvimento capitalista, não derivando de um acirramento de contradição entre esses setores, mas de um condomínio político elaborado em interesses que seus membros pretendem ser comuns. Cria-se um projeto de democracia partidária, na medida em que "o Estado é proposto e imposto à sociedade como se fora o seu melhor e único intérprete, sem a mediação dos partidos", e excludente, na medida em que "a democracia populista tem a singularidade de excluir, de modo nítido, as forças não populistas" (Ianni, 1975, p. 122-131).

A análise de Ianni encontra apoio em dados concretos. Registrou-se na Argentina, a partir dos anos 30, um processo de intensa urbanização provocado pela migração rural. Entre 1936 e 1947, a proporção de argentinos nascidos nas províncias e residentes em Buenos Aires foi equivalente a quase 40% do crescimento vege-

tativo dessas mesmas províncias (Germani, 1973, p. 265). E Buenos Aires foi, nesse período, o berço do peronismo.

São Paulo foi o berço de líderes populistas típicos, como Jânio e Adhemar de Barros, tendo igualmente apresentado um crescimento populacional desordenado no século XX, e impulsionado basicamente por altos índices de migração interna, o que não é casual. Weffort salienta tal relação: "o populismo parece estar particularmente enraizado naquelas cidades de maior ritmo de crescimento, mais fortemente impactadas pelo desenvolvimento industrial e pelas migrações" (Weffort, 1980, p. 129). E ressalta ainda: "A urbanização, as migrações, a expansão das comunicações etc. encontram-se em relação com o populismo na medida em que colocam amplos setores da população do país em situação de disponibilidade política" (Weffort, 1980, p. 142).

Já MacRae define o populismo norte-americano como um tipo de primitivismo que toma como ideal a restauração de uma época na qual teriam prevalecido os pequenos camponeses fortes e vigorosos (MacRae, 1969, p. 190): um populismo de origens e conteúdo agrário e, ao mesmo tempo, uma ideologia característica do processo de transição para sociedades urbanas. Lasch, contudo, nega a existência de uma ideologia populista exclusivamente agrária nos Estados Unidos, associando-a, pelo contrário, à imigração, ao crescimento urbano e à institucionalização do trabalho, em uma etapa histórica na qual "a cidade por si só promovia novas formas de associações, notadamente sindicatos, junto com um entusiasmado espírito cívico" (Lasch, 1995, p. 17).

Em que pese a análise de Lasch, o populismo norte-americano, assim como o russo originaram-se no meio rural e nele se consolidaram, adquirindo um caráter antiurbano, antimodernizante e antiestatal. Foram movimentos políticos reacionários e foram superados pelo desenvolvimento capitalista, em um caso, e pela vitória do comunismo, em outro. Divergiram radicalmente então dos populismos brasileiro e argentino, em termos de estratos sociais nos quais se enraizaram, mas foram, assim como seus congêneres latinos, oriundos precisamente

de um acelerado processo de urbanização e modernização econômica.

O populismo esteve presente em regimes autoritários como o getulista e o peronista e teve como uma de suas características a mobilização de massas dirigida pelo alto que esses regimes tenderam a promover, enquanto, nas transições para regimes democráticos ocorridas no continente, os diferentes grupos sociais que a promoveram não puderam ser aglutinados no conceito de massas utilizado no contexto do populismo devido a sua heterogeneidade, o que tornou pouco atraentes as simplificações inerentes ao discurso populista (Cohen & Arato, 1992, p. 49).

Ao mesmo tempo, Worsley acentua o caráter cesarista do populismo latino-americano, relacionando-o a fenômenos parecidos, como o bonapartismo e o boulangismo, e acrescentando:

Iguais a seus precursores, os césores latino-americanos proclamaram uma ideologia de solidariedade nacional, por cima dos interesses partidários e de setor, pondo em relevo o vínculo místico peculiar que os unia às massas, por oposição aos grandes e poderosos estabelecidos e privilegiados. (Worsley, 1973, p. 55)

A análise de Worsley acentua um caráter básico do populismo: regimes populistas simplesmente prescindem dos instrumentos clássicos de representação, ou então os colocam em posição secundária para a obtenção de legitimidade política. As eleições podem ser simplesmente abolidas ou, quando um líder populista é eleito de forma convencional, o partido político ao qual ele pertence é visto como apenas um detalhe. Não por acaso, a revolução de 1910, no México, demorou quase duas décadas para gerar um partido dominante.

Ao lado de um populismo autoritário e contrário à ordem, Bendix registra a existência, na Europa, de um populismo anterior a este e por ele chamado de populismo legitimista, no qual os protestos contra a ordem vigente tomam como base uma ordem idealizada e tida como legítima. As rebeliões russas do século XVIII são tomadas por ele como exemplo: “Os camponeses justificam sua rebelião com base em que a autoridade do czar foi ofendida; e se lhes é provado que o czar autorizou pessoalmente as

medidas que consideram opressivas, eles concluem que tal czar deve ser um impostor” (Bendix, 1996, p. 81). Baseando-nos na análise de Bendix, podemos situar o populismo em um período pré-industrial, mas que, por isso mesmo, foge ao âmbito do presente estudo.

Situação análoga, embora recente, ocorreu no Peru, onde o populismo encarnado pela liderança de Belaúnde Terry, nos anos 60, teve como clientela principal a população indígena e buscou como inspiração as formas incaicas de organização social, retomando uma vertente já elaborada por Mariátegui nos anos 20, com Belaúnde chegando a apresentar-se, muitas vezes, em trajes típicos dos incas.

Ainda na Europa, durante o final do século XIX e início do século XX, o populismo alimentou-se do descontentamento popular e da descrença quanto à democracia expressa por autores como Mosca, Pareto e Michels, e consolidou-se em movimentos autoritários e muitas vezes tingidos de anti-semitismo como os liderados pelo austríaco Karl Lueger e o italiano Francesco Crispi (Maier, 1992, p. 138). O populismo descrê da democracia mesmo quando utiliza seus processos para chegar ao poder.

A heterogeneidade das situações que geraram movimentos populistas, enfim, explica e é explicada pela heterogeneidade das bases sociais do populismo, que vão desde o campesinato até setores urbanos compostos por operários e membros da classe média, sendo os grupos sociais que dão sustentação ao populismo, segundo Tella, o que ele chama de grupos incongruentes – ocupantes de um status superior ao médio, mas ocupando uma posição social não compatível com ele – e as massas mobilizadas e disponíveis. Conforme ele, “suas situações sociais são bastante diversas, porém têm em comum ódio e antipatia pelo status quo que sentem de forma visceral, apaixonada” (Tella, 1969, p. 84). Mas, para que tal aliança se consolide e gere um movimento político significativo, torna-se indispensável a figura de um líder carismático que a galvanize.

O populismo não é, finalmente, como acentua Laclau, patrimônio exclusivo de países pobres, uma vez que movimentos como o poujadismo, na França, e o qualunquismo, na Itália, podem ser identificados como populistas

(Laclau, 1987, p. 153). Mas, ainda segundo Tella, “para existir um movimento populista num país relativamente desenvolvido é necessário contar com uma minoria anti-satus quo, fortemente motivada nos setores médios ou altos da pirâmide de estratificação” (Tella, 1969, p. 111).

A adoção de uma política populista a partir dos anos 30 encontrou, no Brasil, nas relações agrárias os seus limites. Fenômeno urbano, o populismo não ultrapassou as porteiras das fazendas. Como acentua Sá, a ampliação das bases políticas – objetivo final do populismo – encontrou seu limite na impossibilidade de incorporação das massas rurais; consequência das resistências impostas pelos grandes proprietários (Sá, 1979, p. 37). Limites impostos pelo que Dulci chama de Estado de Compromisso, que situa-se, por sua vez, na própria gênese do populismo. Trata-se, no caso, do pacto estabelecido entre elites agrárias e industriais a partir da Revolução de 30, o que permitiu o estabelecimento de mecanismos de controle capazes de enquadrar os demais setores da população, ampliando o atendimento de suas demandas principalmente em nível trabalhista, enquanto rígida tutela era estabelecida sobre elas. Mas o atendimento a tais demandas deu-se em dois níveis: “A vasta camada dos trabalhadores rurais seguiu sendo controlada pelas relações de clientela, ao passo que nas cidades a massa trabalhadora foi burocratizada pelo Estado, ‘árbitro’ das relações de classe” (Dulci, 1986, p. 26).

Já, por exemplo, no regime de Cárdenas, no México, a prática populista baseou-se na atuação popular e não em sua manipulação, mas dentro de uma perspectiva calcada no compromisso, não no conflito. Segundo Prado, “em linhas gerais, essa é a perspectiva de Cárdenas com relação à sociedade: as classes sociais deviam conviver dentro de um projeto nacional comum, garantido e protegido pelo Estado” (Prado, 1981, p. 34) – uma perspectiva caracteristicamente populista. Em relação ao peronismo, a autora chega a conclusão semelhante:

Perón reconhecia, no interior da sociedade argentina, a existência de classes sociais, bem como admitia o conflito entre seus interesses. Contudo, acreditava que esse conflito não implicasse a destruição da organização social,

e sim a harmonização daqueles interesses mediante a ação tutelar do Estado. (Prado, 1981, p. 62)

O populismo tem sua origem na incapacidade de diferentes setores sociais de exercerem de forma autônoma sua atividade política. A classe média não se consolida como agente transformador no contexto da revolução burguesa; a classe operária não cria organizações sólidas e autônomas, e as elites industriais não elaboram o projeto de desenvolvimento nacional e domínio político que, inclusive, as esquerdas esperam dela. Incapazes de exercer o domínio político de forma autônoma, os diferentes setores incorporam-se a um sistema de dominação política de aparência apolítica sob a égide das classes dominantes, embora invoque o povo como santo protetor.

Temos, no caso, uma situação na qual burguesia e classes trabalhadoras são relativamente fracas, o que concede autonomia ao Estado sem que ele necessite se tornar especialmente repressivo, enquanto, em uma situação na qual poderosas organizações de classe foram constituídas, a necessidade de repressão estatal torna-se premente. Tal distinção é feita por Przewski, que menciona a França da metade do século XIX e a Argentina da metade do século XX como exemplos característicos da primeira situação, enquanto o Chile pós-1973 enquadraria-se na segunda (Przewski, 1995, p. 60).

No caso do Brasil, a situação apresenta maior ambigüidade, oriunda de uma característica fundamental dos regimes populistas. O populismo não é revolucionário, mas sua retórica pode gerar uma perspectiva falsa que teve consequências funestas para a esquerda brasileira nos anos 60, que viu-se na falsa iminência de transformar-se em protagonista de um movimento revolucionário. Como acentua Ericksson,

O populismo desempenhou um papel importante na construção dessa euforia e na limitação à solidez das forças supostamente revolucionárias. Os observadores confundiram movimentos políticos populistas com movimentos revolucionários, porque ambos mobilizam as camadas baixas. (Ericksson, 1979, p. 230)

Por outro lado, o mesmo erro de perspectiva que iludiu a esquerda foi utilizado pela direita para que setores políticos e sociais temerosos em relação a uma mudança revolucionária, que parecia iminente, terminassem por cerrar fileiras junto aos golpistas. Não havia, como ficou claro após o golpe, poderosas organizações de classe a serem combatidas, mas a repressão desencadeou-se com base no pressuposto de sua existência.

Gerou-se, enfim, um impasse sinalizado por Ianni em sua análise do governo Goulart: as lideranças burguesas reconhecem a necessidade de aprofundamento das rupturas estruturais, mas, conclui Ianni, “pensam sempre e só admitem os rompimentos parciais, isto é, propriamente reformistas” (Ianni, 1968, p. 125).

O momento em que o processo de organização dos trabalhadores em nível horizontal amplia-se, desafiando a tutela até então exercida de forma vertical, delinea-se com clareza no início dos anos 60, quando entidades desvinculadas da representação oficial colocam-na em xeque, sem criarem, contudo, instrumentos de mobilização que permitam articular a resistência a um eventual ataque da direita, que, quando ocorreu, praticamente não encontrou adversários.

Se, portanto, o populismo tem como ponto de partida a crise de legitimidade pela qual passa o domínio oligárquico, o que determina a necessidade de criação de uma nova composição política, mais ampla, seletivamente aberta às demandas trabalhistas e contando como parceiro dominante politicamente a burguesia urbana, e não mais os grandes proprietários, o crescente aumento das demandas populares leva, contudo, a um impasse e à crise do populismo.

O reformismo populista pode, dessa forma, encontrar barreiras no interior do próprio sistema que depende dele para legitimar-se, no momento em que seu aprofundamento passa a ser visto como uma ameaça aos interesses das elites. O exemplo clássico dos limites impostos às reformas a serem realizadas é a trajetória de Pedro Ernesto como governador do Distrito Federal nos anos 30. Em seu discurso de posse, ele alude à capacidade transformadora do Estado com a adoção de uma administração científica e

meritocrática, o que acentua, ao mesmo tempo, a necessidade de reformas e o papel dirigente das elites. Segundo Sarmiento, “Pedro Ernesto ensaiava a condução de uma proposta política de nítido caráter democrático, pautado na perspectiva modernizadora da atuação do Estado e na mobilização social” (Sarmiento, 2001, p. 135). Uma proposta, enfim, incompatível com os rígidos moldes autoritários nos quais a política de seu tempo fora enquadrada, mas que sinalizaria algumas características básicas da política populista posta em vigor precisamente até o golpe de 64.

Como pensarmos a gênese do populismo no Brasil? Saes ressalta a importância do tenentismo nesse processo, sugerindo que a ideologia populista nasceu nas regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, embora tenha alcançado maior difusão junto às massas urbanas das regiões em processo de industrialização (Saes, 1984, p. 91), pela cooptação via estrutura sindical, em um contexto no qual “o populismo implica ao mesmo tempo a absorção política da classe operária e das baixas camadas médias, pela via do sindicalismo de Estado” (Saes, 1984, p. 111). Mas tal cooptação, como ressalta Gomes, implicou uma lógica simbólica, na qual o atendimento das demandas operárias por meio de uma estrutura criada por iniciativa estatal deveria ser visto como um ato de generosidade que reclamava reciprocidade (Gomes, 1988, p. 185).

O tenentismo significou uma tentativa de ruptura radical e autoritária com as elites oligárquicas, perdendo espaço à medida que as elites ascendentes inclinavam-se antes a uma solução de compromisso que de ruptura com as oligarquias, mas o declínio político de uma parte dos tenentes – ocorrendo ao lado da incorporação de diversos tenentes ao novo sistema político – coincidiu com o fortalecimento de uma prática populista que visava mais ao compromisso que ao conflito, ao mesmo tempo em que expressava o reconhecimento de que novos atores ingressavam na cena política e não poderiam mais serem apenas vítimas da repressão.

Ao mesmo tempo, Berger acentua as semelhanças entre coronelismo e populismo, mesmo ressaltando os diferentes contextos nos quais ambos se desenvolveram. Ambos os processos teriam tomado como base o relacionamento

afetivo entre líder e liderado, ao mesmo tempo em que criaram laços de dependência pessoal e geraram formas de manipulação de interesses e desejos (Berger, 1984, p. 134).

As semelhanças evocadas por Berger são, contudo, mais formais que substanciais, dadas as relações populistas serem primordialmente políticas e urbanas, derivando precisamente do enfraquecimento do poder coronelístico provocado pela urbanização e pelo estabelecimento de novas relações de poder, das quais o líder populista é precisamente o representante. Da mesma forma, a questão a respeito do eventual populismo dos caudilhos latino-americanos é respondida negativamente por Lynch, que acentua – tomando Rosas, na Argentina, e Páez, na Venezuela, como exemplo – como o regime de ambos concentrou a propriedade fundiária e excluiu as massas camponesas do processo político (Lynch, 1992, p. 260-264), ao mesmo tempo em que Cárdenas tomou a reforma agrária como bandeira e os camponeses como agentes políticos.

Na análise do populismo, partimos de situações diversas, portanto, devido à diversidade do fenômeno, o que faz com que sua análise e sua definição resvalam facilmente para a imprecisão. Hoje, por exemplo, brande-se o fantasma da adoção de políticas populistas sempre que uma ruptura com os interesses dominantes paira no horizonte. Mas reconhecer a existência histórica do populismo e pensá-lo exatamente com base em sua diversidade – o que é o objetivo do presente texto – pode precisamente ajudar a esclarecer os sentidos e intenções nas quais o termo é utilizado.

Abstract: Populism is a historical phenomenon that englobe a considerable diversity of historical situations and actors social politicians, and the text has a objective to study it from its diversity, taking as starting point some regimes social politicians and movement that can be fit as populist. It studies the direction of the reforms politics and social proposals in the context of populism, and the character of the popular mobilization for accomplished it, giving to special emphasis to the process Brazilian politician.

Key-words: reform, populism, state.

Referências

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Ideologia nacional e nacionalismo. São Paulo: Educ, 1995.

_____. O nacionalismo popular e a crise do nacionalismo no início dos anos 60. In: BLAJ, Ilana & MONTEIRO, John M. (Org.). História e utopias. São Paulo: Anpuh, 1996.

BENDIX, Reinhard. Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp, 1996.

BERGER, Manfredo. Educação e dependência. São Paulo: Difel, 1984.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. Relações Estado/sociedade no período populista. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 47. Belo Horizonte: UFMG, 1978.

CANCLINI, Nestor Garcia. Gramsci e as culturas populares na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Néelson & NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CODATO, Evanir. Apontamentos sobre o personalismo político paranaense. Diálogos, v. 3, n. 3. Maringá: UEM, 1999.

COHEN, Jean L. & ARATO, Andrew. Civil society and political theory. Cambridge: The MIT Press, 1992.

COLLIER, Ruth Berins & COLLIER, David. Shaping the political arena: capital junctures the labor movement and regime dynamics in Latin America. Princeton: Princeton University Press, 1991.

COTLER, Júlio. Crise política e populismo militar no Peru. In: TABBAK, Fanny. Ideologias-populismo. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 47. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DREKONJA, Gerhard. Ecuador: how to handle the banana republic turned oil state. Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe, n.28. Amsterdam: Cedla, 1986.

DRUKER, Cláudia. Sociologia do populismo e pensamento político. In: CORREIA, Adriano (Org.). Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DULCI, Otávio Soares. A UDN e o antipopulismo no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1986.

ERICKSON, Keneth Paul. Sindicalismo no processo político no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

- GERMANI, Gino. Política e sociedade numa época em transição. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- GOMES, Ângela de Castro. A invenção trabalhista. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- GRACIARENA, Jorge. O poder e as classes sociais no desenvolvimento da América Latina. São Paulo: Mestre Jou, 1971.
- GUALBERTO, João. A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: Ufes, 1995.
- HANDLIN, Oscar. A verdade na história. São Paulo/Brasília: Martins Fontes/Editora da UnB, 1979.
- IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. A formação do Estado populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LACLAU, Ernest. Politics and ideology in marxist theory. London: Verso, 1987.
- LASCH, Christopher. A rebelião das elites e a traição da democracia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- LYNCH. Caudillos en HispanoAmérica, 1800-1850. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.
- MacRAE, Donald. El populismo como ideología. In: IONESCU, Ghita & GELLNER, Ernest (Org.). Populismo: sus significados y características nacionales. Buenos Aires: Amorrortu, 1969.
- MAIER, Charles S. Democracy since the French Revolution. In: DUNN, John (Org.). Democracy: the unfinished journey, 508 BC to AD 1993. Oxford and New York: Oxford University Press, 1992.
- MIROCHEVSKI, V. M. El "populismo" en el Perú. Papel de Mariátegui en lá historia del pensamiento social latinomaericano. In: ARICÓ, José (Org.). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano. Madrid: Siglo Veintiuno, 1978.
- NAGEL, Jack H. Populism, heresthetics and political stability: Richard Seddon and the art of majority rule. British Journal of Political Science, v. 23, part. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- PRADO, Maria Lígia. O populismo na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRZEZOWSKI, Adam. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- SÁ, Nicanor Palhares. Política educacional e populismo no Brasil. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- SCWHARTZMAN, Simon. Representação e cooptação política no Brasil. Dados, n. 7. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1970.
- SILVEIRA, José Paulo Bandeira da. Interpretações do populismo. Revista Novos Rumos, n. 4. São Paulo: Edições Novos Rumos/Instituto Astrojildo Pereira, 1986.
- TELLA, Torcuato Di. Para uma política latino-americana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- WALKER, Thomas W. & BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.
- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WIEVIORKA, Michel. La démocratie à l'épreuve: nationalisme, populisme, ethnicité. Paris: La Découverte, 1993.
- WORSLEY, Peter. O conceito de populismo. In: TABBAK, Fanny. Ideologias-populismo. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.